



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

Audiências Públicas e o combate ao racismo religioso: discursos sobre a dor

Autoria: Roberta de Mello Correa (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O presente work buscará analisar os discursos mobilizados pelos religiosos de matriz afro-brasileira para dar visibilidade aos atos de intolerância religiosa que ocorreram no estado do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, tomando como referência a participação desses religiosos nas audiências públicas realizadas pelo poder legislativo municipal e estadual do Rio de Janeiro. Vemos que nos últimos 20 anos têm ocorrido o reaparecimento de casos de intolerância religiosa associados, principalmente, às religiões de matriz afro-brasileira. Tais atos resultaram no crescimento dos processos de mobilização em defesa da liberdade de manifestação religiosa em todo o Brasil. Uma das estratégias de promover a visibilidade dos casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro tem sido a realização de audiências públicas promovidas por Políticos (Deputados Estaduais e Vereadores) e Religiosos de Matriz afro-brasileiras. Essas audiências têm buscado construir conjuntamente ações de combate ao racismo religioso e intolerância religiosa. Os religiosos buscam



reivindicar os seus direitos a partir da explicitação da vivência cotidiana de atos de intolerância e racismo religioso. Buscam, dessa forma legitimar suas demandas nas arenas públicas a partir da construção de um discurso sobre a dor das violências sofridas. Nesse sentido, nesse work gostaria de problematizar como os discursos sobre a dor são construídos pelos religiosos de matriz afro-brasileira nas audiências públicas promovidas pelo poder legislativo municipal e estadual com o intuito de promover uma agenda pública de combate à intolerância religiosa e racismo religioso.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: